



Correio Manhã

29-03-2019

Periodicidade: Diário

Classe: Informação Geral

Âmbito: Nacional

Tiragem: 115581

Temática: Economia

Dimensão: 1936 cm²

Imagem: S/Cor

Página (s): 1/10/11

INQUÉRITO À CAIXA P.10 E 11
Crédito sem papéis dá buraco de 71 milhões no banco público



ESCÂNDALOS DA BANCA

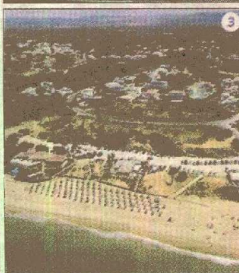
BANIF | PERITOS ANALISAM CASOS

Ontem realizou-se uma reunião na Ordem dos Advogados com representantes dos lesados do Banif e um representante do primeiro-ministro, em que foram apresentados três peritos que vão analisar um a um todos os casos dos clientes daquele banco que se sentem lesados pela sua resolução.

COMISSÃO DE INQUÉRITO À CGD

Créditos sem papéis dão buraco de 71 M €

DEVEDORES Além de Vale do Lobo, auditora não encontrou dossiês de crédito da Soares da Costa, da Martifer e fundo Golden Eagle **REAÇÃO** CDS e PSD já pediram à Caixa o envio da documentação



1 Documentos não encontrados pela EY foram pedidos à CGD 2 Florbela Lima, responsável da auditora EY 3 Financiamento a Vale do Lobo sob suspeita

DIANA RAMOS
 Os quatro financiamentos bancários do grupo dos 25 maiores devedores à Caixa Geral de Depósitos sem contratos detetados pela auditoria da Ernst & Young (EY) geraram perdas de 71 milhões de euros ao banco público até 2015. Além do projeto Vale do Lobo, integram esse grupo de quatro grandes devedores a construtora Soares da Costa, a Martifer dos irmãos Martins e o fundo imobiliário Golden Eagle, segundo apurou o CM.

A ausência de documentação relativa a estes quatro grandes créditos em incumprimento foi denunciada na comissão de inquérito à CGD pela responsável da EY, Florbela Lima, encarregada da auditoria ao banco. E se

no caso de Vale do Lobo foi dada aos auditores a explicação de que o dossiê de crédito tinha sido enviado para o Ministério Público, nos restantes três casos as explicações escassearam. Fonte oficial do banco público já veio esclarecer que os contratos de crédito

FORAM 60 OS CRÉDITOS DETETADOS SEM PAPÉIS QUE OS FORMALIZASSEM

existem, apesar de durante os onze meses de análise da EY e da insistência da auditora não terem sido disponibilizados para avaliação. Ao todo, foram 60 os créditos detetados sem documentação que os formalizassem, quatro dos quais na lista dos 25 mais devedores.

A auditoria da EY mostra que os quatro financiamentos representavam uma dívida de 97 milhões de euros no final de 2015. Deste montante, 71 milhões tinham sido já dados como perdidos pelo banco, ou seja, tinham sido registados como imparidades. No caso de Vale do Lobo, a exposição da CGD ascendia a 14 milhões, oito milhões dos quais dados como perdidos.

Quando ao fundo imobiliário Golden Eagle – um empreendimento turístico com campo de golfe na Quinta do Brinçal, perto de Rio Maior, a que a dada altura o grupo Amorim esteve ligado – tinha uma posição devedora de 31 milhões a 31 de dezembro de 2015, 27 dos quais

registados como imparidades pelo banco. Já a Soares da Costa tinha uma exposição de 36 milhões no final de 2015, de acordo com a auditoria da EY, com perdas associadas de 22 milhões. E a Martifer – dos irmãos Carlos e Jorge Martins – tinha

ASCENDIA A 15 MILHÕES DE EUROS A EXPOSIÇÃO DA CAIXA A VALE DO LOBO

uma posição devedora de 16 milhões, 14 deles registados como imparidade. O CDS e o PSD pediram ao banco público que envie os documentos não encontrados pela EY para a comissão de inquérito. ●

NOTÍCIA EXCLUSIVA DA EDIÇÃO EM PAPEL



Constâncio esteve no Parlamento

“Almerindo não mente, mas não tenho memória”

Almerindo Marques creveu, em 2002, a Vitor Constâncio, então governador do Banco de Portugal, ao presidente da República Jorge Sampaio e ao então ministro das Finanças. O gestor, que se tinha demitido do banco público em desacordo com o presidente, denunciava a aprovação de um crédito de 75 milhões à empresa de Armando Martins, que só tinha como ativo o Atrium Saldanha, em Lisboa, sem aval do conselho de crédito e da administração. Vitor Constâncio afirmou ontem, por várias vezes, na comissão de inquérito à CGD, não se lembrar da missiva. “O Sr. Almerindo Marques não mente, mas repito que não me lembro da carta.” Durante mais de quatro horas, o também ex-vice-presidente do BCE insistiu que nunca teve o pelouro da supervisão. ●

ENTRADA DE VARA E DE SANTOS FERREIRA NO BCP

Vitor Constâncio foi ontem questionado sobre a não retirada da idoneidade a Armando Vara. Disse que não o podia fazer com base em suspeitas. Só que afastou desse modo Filipe Pinhal e Christopher de Beck da candidatura à administração do BCP, abrindo a porta a Santos Ferreira e Vara. ●

JOSÉ JOÃO GUILHERME | "VOLTAR AO MESMO"

O administrador da CGD disse em Vila Real que a recapitalização "pressupõe mudanças". "Algumas dessas mudanças afetam grupos particulares, que na defesa dos seus interesses particulares ou corporativos evocam o argumento do serviço público." E frisou: "Se nada mudasse, tudo voltaria ao mesmo".



PSD | **PROBLEMA DESDE 2000 DESDE 2000 QUE A CGD DAVA CRÉDITO COM DEFICIENTE ANÁLISE DE RISCO, REVELOU O DEPUTADO DUARTE PACHECO, DO PSD, CITANDO O TRIBUNAL DA RELAÇÃO DE LISBOA.**

BANCO DE PORTUGAL | **PROJEÇÕES**

O Banco de Portugal piorou as projeções de crescimento da economia portuguesa para 2019, esperando que o PIB aumente 1,7%, menos 0,1 pontos percentuais do que o esperado em dezembro. O organismo liderado por Carlos Costa manteve as projeções para 2020 e 2021, com o ritmo de crescimento a abrandar até aos 1,6%.



Apanhados 11 carros e 143 obras de arte

O arresto da investigação ao Universo GES inclui vários tipos de bens: 11 automóveis, 477 imóveis, 143 obras de arte e unidades de participação em sete fundos de investimento.

Pensões arrestadas a dois reformados

O Ministério Público arrestou, no caso GES, as pensões de reforma a dois arguidos: serão Ricardo Salgado e o primo Manuel Espírito Santo.

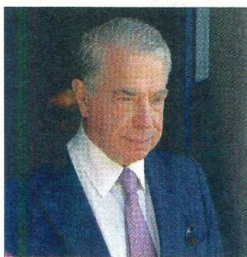
Apreendidos 120 milhões ao GES

O Ministério Público apreendeu 120 milhões de euros em numerário e aplicações financeiras na investigação ao chamado Universo Grupo Espírito Santo (GES).

O inquérito liderado pelo Departamento Central de Investi-

41 ARGUIDOS JÁ FORAM CONSTITUÍDOS NO CASO GRUPO ESPÍRITO SANTO

gação e Ação Penal (DCIAP) tem 41 arguidos, entre os quais alguns membros da família Espírito Santo, e envolve suspeitas da prática dos crimes de burla qualificada, falsificação de documentos, corrupção ativa e



Ricardo Salgado foi líder do BES e do GES durante duas décadas

passiva no setor privado, corrupção com prejuízo no comércio internacional, branqueamento de capitais, infidelidade e associação criminosa.

Os investigadores arrestaram também, entre outros bens, duas unidades hoteleiras que estão em funcionamento mas que estão em processo de venda, no âmbito de processos de insolvência: o preço base de venda de cada uma é 45 milhões de euros, segundo um comunicado emitido ontem pela Procuradoria Geral da República.

A investigação é dirigida por sete magistrados e conta com mais 27 elementos do Banco de Portugal, Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, Polícia Judiciária, PSP, Núcleo de Assessoria Técnica da PGR, Inspeção Geral de Finanças e Autoridade Tributária.

PORMENORES

Guerras internas em causa

Quase cinco anos após ter sido aberto o inquérito, a equipa do DCIAP já sofreu várias alterações devido a guerras internas entre os procuradores e discordâncias sobre o caminho dado ao inquérito, segundo a edição de ontem revista 'Sábado'.

Equipa mista com a Suíça

A investigação ao GES está a ser feita por uma equipa conjunta entre Portugal e Suíça, desde 2015. Segundo a PGR, as investigações na Suíça, onde foi congelado património elevado, não estão concluídas. O DCIAP aguarda a resposta a várias cartas rogatórias.